

Sem solução

Itamar reúne ministros e discute reajuste do funcionalismo: decisão sai esta semana

23 MAR 1993

Educação

Planalto deve suspender construção dos Caics

ESTADO DE SÃO PAULO

RIBAMAR OLIVEIRA e
ANTONIO MARCELO

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco pode suspender o programa de construção dos Centros de Atenção Integral à Criança (Caics). O presidente está estudando essa possibilidade desde que tomou conhecimento do voto do ministro Luciano Brandão, do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou várias irregularidades jurídicas e constitucionais nos contratos, na dotação orçamentária e no projeto dos Caics como um todo.

Com base nessa análise do TCU, o presidente estuda inclusive a hipótese de paralisar todo o programa dos Caics para poder reformulá-lo, segundo informaram ontem fontes do governo. "Não há problemas de corrupção", garantiu uma fonte. "Mas existem problemas jurídicos que o presidente Itamar quer resolver", acrescentou.

Verbas — Os problemas identificados pelo TCU envolvem questões relacionadas com as dotações orçamentárias para os Caics e a inclusão do

programa no Plano Plurianual de Investimentos. O atendimento das crianças nos Caics implica em gastos com educação e saúde. O projeto original se baseava numa iniciativa do governador do Rio, Leonel Brizola.

O então presidente Fernando Collor lançou o projeto dos Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs), como foram chamados, prometendo construir 5 mil unidades em todo o País até o fim de seu mandato. Mas não havia uma previsão orçamentária para custear o programa. Inicialmente, as verbas utilizadas saíram quase que integralmente do Sistema Único de Saúde (SUS). A análise do TCU considerou esta prática irregular.

A partir daí, o governo passou a cobrir 80% das despesas dos Caics com verbas da Seguridade Social. Mas o voto de Brandão também considerou irregular essa situação. O governo ficou, então, sem alternativas de financiamento e terá agora de encontrar um mecanismo que torne viável a utilização de verbas orçamentárias sem ferir a ordem jurídica.

A situação ficou ainda mais complicada porque, em virtude dessas dificuldades jurídicas, as indústrias de Caics passaram a trabalhar com um terço de sua capacidade. Além disso, o presidente baixou a previsão de construção de Caics este ano, de 1.200 para apenas 200.

Construção — Os empresários estão pressionando o ministro da Educação, Murílio Hingel, para que a capacidade ociosa das indústrias seja utilizada na construção de outro tipo de prédios escolares. Hingel obteve a aprovação para esta proposta dos empresários da Consultoria Jurídica e da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Educação.

O processo foi enviado por Hingel à Consultoria-Geral da República e ao TCU. No fim da semana passada, o consultor-geral da República, Alexandre Martins Dupeyrat, informou ao secretário para Projetos Extraordinários do Ministério da Educação, Cleto Assis, que o projeto estava sendo estudado. A decisão pode ser tomada a qualquer momento.